



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande CBH - Verde Grande

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE

No dia sete do mês de julho de 2006, iniciou-se na Câmara Municipal de Palmas do Monte Alto - BA, a segunda reunião ordinária de 2006 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande. Após a composição da mesa o Presidente declarou aberta a sessão. Houve a execução do Hino Nacional, aplaudida por todos. A seguir a palavra foi passada ao presidente da Câmara, Sr. Domingos Rodrigues Neto. Cumprimentando a todos, agradecendo a presença bem como dizendo da importância para o Município estar fortalecendo as parcerias com os ministérios a fim de resolver diversos problemas relacionados às águas existentes no Município. Em seguida o Senhor César Emílio Lopes Oliveira, Coordenador do DNOCS em Montes Claros fez uso da palavra, dizendo que apesar da grande quantidade de trabalho que o DNOCS está desempenhando, especialmente em função da liberação de recursos orçamentários nas proximidades das eleições, não poderia deixar de participar desta primeira reunião do Comitê com sua participação à frente do DNOCS, explicando que havia pouco mais de um mês que estava no cargo, em razão da candidatura de seu antecessor, Paulo Guedes. Disse que o foco do DNOCS é a convivência com a seca e que as ações do Comitê também têm este objetivo. Falou de sua história, nascido em Capitão Enéas e de sua vivência de criança e adolescente nas margens do Verde Grande. Disse que naquele tempo se pescava surubins no Verde Grande do tamanho de uma pessoa, e hoje, nem há mais surubins no rio. Disse que toda a sociedade precisa cuidar do rio para que possa continuar usufruindo da água e manteve o DNOCS à disposição para colaborar com a preservação da água da Bacia. Finalmente afirmou que as coisas estão melhorando e citou como exemplo o aumento dos investimentos em saneamento. Em seguida, a técnica da ANA, Tânia Dias, tomou a palavra cumprimentando a todos na pessoa do Prefeito, Sr. Manoel Rubens, e falou do desafio que o Comitê está enfrentando que é o de manter-se funcionando. Após a breve fala da técnica da ANA o prefeito de Palmas de Monte Alto cumprimentou a todos e disse da satisfação de estar recebendo o Comitê para reunir-se em seu Município, especialmente porque sentia que o Município estava fora das discussões referentes ao Comitê. Comentou sobre problemas referentes às águas não apenas na Bacia do Verde Grande, como também nos mananciais que deságuam diretamente do Rio São Francisco, para os quais chama a atenção das autoridades presentes. Novamente com a palavra o Presidente do CBH – Verde Grande; José Valter Alves, cumprimentou a todos e ofereceu a palavra a quem quisesse usá-la, e não havendo, desfez a mesa da abertura. Pediu a leitura da ata da reunião anterior que aconteceu no Município de Jaíba. Após a leitura da ata, Tânia Dias pediu ressalva, informando que a alocação de águas a que se referiu na reunião anterior era nos reservatórios de Estreito e Cova da Mandioca e não na Bacia em geral como foi registrado. Após, o Presidente submeteu a ata à aprovação da Assembléia e a mesma foi aprovada. Dando prosseguimento, houve os informes gerais, e após os mesmos, o Vice-Presidente pediu a palavra, e elogiou o apoio da CODEVASF ao Comitê, fazendo menção ao empenho do Dr. Jonas Paulo como conseguir aplicar R\$ 300.000,00 em parceria com a Universidade, num Projeto de diagnosticar a Bacia na sua porção

baiana. Convocou os prefeitos baianos para acionarem seus contatos políticos e participarem mais das ações em benefício da Bacia. Novamente com a palavra o Presidente ressaltou a importância do Comitê, prevendo que em breve, os órgãos estaduais e federais submeterão à aprovação do Comitê as suas ações. Comparou o Comitê com uma câmara de vereadores, que apesar de não executar, tem poder. Neste momento houve um intervalo para o café, encerrando-se a reunião ordinária e dando início a reunião extraordinária com a finalidade de apreciar e aprovar alterações ao Regimento Interno do Comitê. Como uma primeira alteração, foi proposto alterar o Parágrafo Único do Artigo Primeiro que estabelece a localização da sede do Comitê. Neste momento o membro Horácio levanta a questão de que o prazo regimental para a convocação da extraordinária que altera o Estatuto é de 30 dias e se esta reunião realmente o fizer, a alteração será impugnada. Houve muita discussão e defesa de pontos de vista divergentes. O Presidente submete à Assembléia a aprovação da decisão de continuar a reunião de alteração do estatuto. A Assembléia vota com 17 votos a favor. Entretanto, após a votação houve a contagem dos presentes, concluindo que apenas 22 membros em condição de votar estavam presentes. Houve mais discussão e vários presentes defenderam a continuidade da reunião como estava previsto, a saber: Horácio, Hudson, Domingos Rodrigues Neto e Socorro. Finalmente o Presidente concluiu com base na opinião da Dra. Socorro não ser possível à continuidade do trabalho de alteração do Regimento, visto que seriam necessários 2/3 dos membros do Comitê presentes, ou seja, pelo menos 24 votantes, e como só havia 22 estariam incorretos em ilegalidade se continuassem. Em seguida passou-se a discutir as etapas do processo de renovação dos membros do Comitê. A Dra. Tânia apresentou a proposta, fazendo antes um rápido resgate do que é um Comitê de Bacia. A proposta inicia-se com a constituição de comissão eleitoral composta por dez membros em cinco pólos, 2 em cada, ao longo da Bacia, a saber: Montes Claros, Janaúba, Jaíba, Monte Azul e Urandi. O Cronograma da renovação seria o seguinte: mobilização e divulgação, agosto e setembro/2006; encontros regionais, 2/10 a 20/10; inscrições 23/10 a 10/11; divulgação da primeira relação dos habilitados, 16/10/2006; recursos, 17 a 24/11/06; divulgação da relação final dos habilitados, 29/11; períodos das plenárias setoriais, 4/12 a 8/12/06; assembléia de posse dos membros e eleição da diretoria 14/12/06. A Dra. Tânia passa a palavra ao presidente, que inicia dizendo da importância do processo eleitoral e da comissão constituída para esse fim. Então o presidente indaga se algum membro gostaria de fazer parte da comissão de Montes Claros e antes da resposta expões que aqueles que conduzirem as plenárias setoriais não poderão ser candidatos à diretoria de acordo com o atual regimento. Ficou esclarecido que os candidatos podem participar das comissões, mas, não podem coordenar, presidir ou secretariar as plenárias, das quais foi esclarecido por Valter e Tânia as atribuições de acordo com as normas do processo eleitoral. João Balaio e Tânia esclarecem que a secretaria do comitê colaborará para divulgar, centralizar e organizar o que for discutido em cada região. José Valter indaga à assembléia se há alguém de Montes Claros interessado em participar da comissão. Não havendo resposta, indaga se alguém de Janaúba gostaria de fazer parte da comissão eleitoral. O Sr. Horácio se manifesta. E assim sucessivamente, indaga a todos se desejam participar da comissão representando Jaíba, Monte Azul e Urandi. Ficou definido que em Montes Claros a comissão poderá ser composta por Socorro do DNOCS e Felipe do IGS; em Janaúba, por Horácio e Takami Doyama; em Jaíba, por Ismael e Geraldo Madureira; em Urandi, João Batista e Wellington; em Monte Azul, José Antônio Mendes Costa. Finalmente é proposto que ao final da tarde votadas as proposições para compor a comissão eleitoral na forma de uma deliberação do CBH Verde Grande. Em seguida Valter informa que tendo em vista a não realização das discussões sobre o regimento, a pauta está adiantada em relação ao previsto. Além disso, informou que na seqüência será feito relato de uma oficina que aconteceu dias 28 e 29/06 em Belo Horizonte. Segundo ele foi um encontro muito importante, de todos os comitês da Bacia do São Francisco. Na oportunidade foram discutidas maneiras de os comitês

“falarem a mesma língua”, e a idéia de que haja uma agência da Bacia ou, segundo o mesmo é o braço executivo do comitê. Falou que os comitês mineiros da Bacia do São Francisco estão em vias de criarem agências de Bacias em cada um colocando a questão de o que seria melhor: ter uma só Agência para toda a Bacia ou uma Agência para cada Comitê? Falou que há uma tendência de os Comitês mineiros não aceitarem a criação de uma só Agência de Bacia, e que houve uma Resolução do Fórum Mineiro de Comitês em conjunto com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos propondo criar no máximo três Agências no âmbito da bacia do São Francisco. E assim propõe-se iniciar discussão a fim de decidir sobre a forma da criação das Agências de Bacia, em todos os Comitês. Em breve será agendada reunião específica para discussão do tema. Valter informa também que nos dias 07 e 08/08 estará sendo realizado o V Fórum Nacional de Comitês, em Vitória-ES, convidando os membros. Tânia Dias informa que aqueles que desejarem fazer apresentação de trabalhos no FNC com a alocação negociada ou as florestas sociais, deverão seguir as normas específicas que estão disponíveis com o João Balaió. A seguir o João da SRH Bahia apresenta um trabalho de Preservação e Gestão das Águas no rio Raiz. Trata-se da intenção de instalar uma unidade demonstrativa de irrigação, a fim de incentivar a substituição de métodos de irrigação por superfície, pouco eficientes quanto ao gasto de água, por métodos de irrigação localizada, poupadores do recurso hídrico. Em seguida o membro do Comitê e de uma das Associações de Produtores do Rio Raiz diz que está muito orgulhoso de ser membro do Comitê e de morar em Urandi, e de suas intenções e perspectivas de obter apoio governamental para melhorar a preservação do rio Raiz. Em seguida o Vereador Neto toma a palavra para falar sobre a revitalização dos rios em Palmas e Monte Alto. Disse que os Rios Casa Velha e o Rio Pau de Espinho há mais de três anos não correm mais. Com isso o Município se vale de poços artesianos para o abastecimento, mas informa que nos meses de agosto até os poços ficam com problemas de escassez de água. Por estes motivos o Vereador pede o apoio do Comitê a fim de resolver estes problemas. Após a fala do Vereador, o Presidente do CBH - Verde Grande, o parabeniza, reafirmando a importância das questões mencionadas e a natureza do CBH - Verde Grande de não fazer nenhuma distinção entre Municípios da Bahia ou de Minas Gerais. Falou também que está consciente de que a água que abastece os poços tubulares é finita e que é necessário pensar meios de reabastecê-los. A seguir o Dr. Eduardo Carrari, da ANA, toma a palavra para falar sobre a alocação negociada de água em Estreito e Cova da Mandioca. Disse que em 2004 foram identificados os usuários e a demanda, em seguida procedeu-se estudos hidrográficos a fim de quantificar a oferta de água e a partir disso foi feita a alocação, que seria comprovada com a emissão de outorgas. Entretanto, as outorgas não foram emitidas devido à existência de ocupações de áreas de preservação permanente, o que deve ser resolvido primeiro. Em seguida apresenta um gráfico do comportamento do nível do reservatório nos últimos anos e conclui que no ano de 2006, em julho, há 80 milhões de m³ armazenados, situação menos confortável que nos outros anos. Afirma que ainda não se necessita falar em racionamento, mas que fará o acompanhamento e, se necessário, recomendará a adoção de sistema de racionamento. Neste ponto, o vice-presidente do Comitê, o agrônomo Hudson se diz preocupado com a irrigação do entorno dos reservatórios, o que além de irregular, prejudica o perímetro irrigado, competindo pela água, e informa que o perímetro está totalmente pronto para operar em 8.600 hectares sendo que só há água para 3.000. Pede o apoio do Comitê e das entidades para a solução do problema, visto que a atividade de 580 famílias do perímetro do Estreito está ameaçada pela atividade de pouco mais de 40 produtores que atuam na APP do entorno da barragem. Sugere inclusive que é necessária atividade policial a fim de reduzir a atividade de irrigação no entorno das barragens. Neste ponto um dos participantes toma a palavra e apóia a fala do Dr. Hudson, e discursa sobre o atraso institucional da Bahia quando comparado ao país e dos passivos ambientais e sociais acumulados e diz da importância de não se ficar apenas

“jogar pedras para trás”, mas de se empenhar em construir soluções compartilhadas em espaços como este do Comitê. Neste ponto a Dra. Socorro pede aos membros que indiquem o que mais o Comitê poderia fazer em relação aos problemas apresentados quanto aos reservatórios de Estreito e Cova da Mandioca. Surge no plenário a referencia a um projeto de elevação do sangradouro da barragem de Estreito e a substituição de sistemas de irrigação que já foi apresentado a CODEVASF para análise e que deveria ser cobrada uma posição da referida companhia. Houve ainda mais discussão sobre o problema dos reservatórios de Estreito e Cova da Mandioca e em seguida o Presidente toma a palavra para mencionar sobre a proposta de diagnóstico colocada na reunião anterior, em Jaíba, pelo membro Horácio. Propôs que o membro falasse novamente, na presente reunião sobre o diagnóstico para que o Comitê pudesse aprovar a proposta. Horácio apresenta a proposta e ao final comenta que a decisão inicial daquela reunião de não levar adiante a discussão do Regimento em situação questionável do ponto de vista do mesmo foi valiosa e dá os parabéns a todos. A Dra. Socorro pede a palavra e seu registro em ata e explica que a falta de quorum, realmente invalidaria qualquer decisão, mas sustenta que o fato de ter registrado na reunião anterior a intenção de se proceder a modificações no regimento na presente data, torna o processo válido. Acrescenta que da mesma forma, a fala que acabara de ser proferida pelo Horácio não constava na pauta, mas que teve o espaço por ter sido prevista na reunião anterior. Pede o registro a fim de que não haja um arranhão profissional em razão do ocorrido. O Horácio fala então que sua apresentação foi solicitada, que ele a preparou atendendo ao pedido, e somente quando teve contato com a pauta, percebeu que a mesma não estava prevista. Em seguida o presidente anuncia a proposição de duas deliberações e uma moção para aprovação dos membros. Consulta se o plenário autoriza que sejam colocadas em votação as matérias. Em seguida a Dra. Socorro explica que a moção Nº.7 seria encaminhada ao governo da Bahia, solicitando a construção de barragem no rio São Domingos, a fim de contribuir para a revitalização da bacia do rio Verde Grande. Afirma que já existe um projeto técnico que observa os aspectos legais e ambientais pertinentes. O presidente põe a matéria em votação, que é aprovada. A seguir é apresentada a deliberação Nº.15, que trata do processo eleitoral, que após ajustes é posta em votação e aprovada. Finalmente a deliberação Nº.16 que trata do diagnóstico participativo como foi considerada, na forma apresentada pelo membro Horácio. Neste momento Tânia faz intervenção solicitando que fosse incluída uma menção à não existência dos recursos para a realização do diagnóstico no convênio com a ANA, sendo necessário, se for o caso fazer um aditivo ao convênio. A deliberação foi posta em votação e aprovada. Em seguida houve alguma discussão quanto à marcação de reunião para alteração do regimento, ficando decidido que oportunamente será informado aos membros. O presidente agradece aos anfitriões, às entidades e demais presentes, passando a palavra ao Dr. Rubens, prefeito de Palmas de Monte Alto, que agradece a presença de todos no seu município. Com isto o presidente do CBH - Verde Grande agradece o trabalho de registro em vídeo ao Antônio Nascimento, da CODEVASF e encerra a reunião.